

## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros

Resolução 1.409/12 - ITG 2002



Eduardo Assumpção



1

## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros

Resolução 1.409/12 - ITG 2002



### ESPECIAIS AGRADECIMENTOS



2

## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



### Cursos da Inicial Treinamentos pontuados pelo CFC

- Curso de atualização em IFRS 40 Hs (30 pontos)
- Finanças Aplicada aos Aspectos em IFRS 8 hs (24 pontos)
- ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros 16 hs (16 pontos)

### Novos produtos Inicial Treinamentos

- IFRS PME *On Line* (24 Hs)
- Consolidação das demonstrações Financeiras (8 Hs)
- Medida Provisória 627 de 11/11/2013 (8 Hs)
- Contratos de Concessão (8 Hs)
- Combinação de Negócios (8 Hs)



3

## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



### MP 627

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2014

*(Proveniente da Medida Provisória nº 627, de 2013)*

Em Fortaleza / CE

DIA

**15/04/2014**

**Das 9:00 às 18:00 hs**



**R\$ 200,00**  
Já desconto aos  
contabilistas do  
CRC CE



4

**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**

  
**kuanto**  
auditoria • consultoria • contabilidade

**ATUALIZAÇÃO EM IFRS 40 HORAS - FULL E PME**

**MOSSORÓ/ RN**

**Datas: 05 a 09 de Maio de 2014**

**Horário: 13h às 17h e 18h às 22h**


5

*R\$ 810,00  
Já desconto aos  
contabilistas do  
CRC CE*

**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**

  
**dominus**  
Auditoria • Consultoria • Contabilidade

**Curso de Atualização em IFRS 40 horas FULL e PME**

**Datas: 15, 16, 17, 23 e 24 de Maio de 2014 - das 9h às 18h - Local - Sede Dominus**

Aprenda as exigências relacionadas às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC),  
convergidas com os padrões internacionais (IFRS)

 30 pontos para o programa de Educação Continuada **Fortaleza/CE**



6

*R\$ 890,00  
Já desconto aos  
contabilistas do  
CRC CE*

**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**

Resolução 1.409/12 - ITG 2002

**DADOS REAIS , EMPRESAS REAIS**



**Eduardo Assumpção**



7



**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**



**Conteúdo Programático**

1. Aplicabilidade do CPC PME ou *Full* e do CPC 07R1
2. Resoluções e Normas revogadas no momento da aprovação da ITG 2002
3. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis
4. Contexto operacional
5. Contas Próprias e Contas de Resultado
6. Trabalho Voluntário
7. Políticas estimativas e erros
8. Apuração do Superávit
9. Concessão de Gratuidades
10. Receita Operacional e Receita Diferida
11. Ajuste ao Valor Recuperável (*Ativos não financeiros*)
12. Doação de bens Depreciáveis e Amortizáveis e o custo atribuído (*Deemed Cost*)
13. Arrendamento Mercantil
14. AVP – Ajuste ao Valor Presente
15. Contas de Compensação
16. Patrimônio Social e Patrimônio Líquido
17. Eventos subsequentes

8

**dominus** **IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros** **INICIAL**

Resolução 1.409/12 - ITG 2002

**Esta Resolução revogou a(s) seguinte(s) Resolução(ões):**

- [2003/000966 - NBC T 10.19 - Entidades sem finalidade de lucros - Altera - D.O.U de 04/06/2003](#)
- [2001/000926 - NBC T 10.19 Entidades sem finalidade de lucros - D.O.U de 03/01/2002](#)
- [2000/000877 - NBC T 10.19 Aspectos Contábeis Entidades sem fim lucro - D.O.U de 20/04/2000](#)
- [1999/000852 - NBC T 10.18 Entidades Sindicais e Associações de Classe - D.O.U de 25/08/1999](#)
- [1999/000838 - NBC T 10.18 Aspectos Contábeis Entidades Sindicais - D.O.U de 02/03/1999](#)
- [1999/000837 - NBC T 10.4 Aspectos Contábeis entidades diversas Fundações - D.O.U de 02/03/1999](#)

**4.** Aplicam-se à entidade sem finalidade de lucros os Princípios de Contabilidade e esta Interpretação. Aplica-se também a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS completas) naqueles aspectos não abordados por esta Interpretação. **Res. 1.282/10 CPC PME (R1)**

**9.** As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento **devem** ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na **NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais**. **CPC "Full"**

**dominus** **IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros** **INICIAL**

Resolução 1.409/12 - ITG 2002

**Demonstrações contábeis**

**20.** As demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na **NBC TG 26** ou na **Seção 3** da **NBC TG 1000**, quando aplicável.

10

 <b>IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros</b> 		
Pequenas e Médias Empresas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS</li> <li>• CONCEITOS E PRINCÍPIOS GERAIS</li> <li>• APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</li> <li>• BALANÇO PATRIMONIAL</li> <li>• DRE E DRE ABRANGENTE</li> <li>• DMPL E DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS</li> <li>• DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</li> <li>• NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</li> <li>• DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS E SEPARADAS</li> <li>• POL. CONT., MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RET. DE ERRO</li> <li>• INSTRUMENTOS FINANCEIROS BÁSICOS</li> <li>• OUTROS TÓPICOS SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS</li> <li>• ESTOQUES</li> <li>• INVESTIMENTO EM CONTROLADA E EM COLIGADA</li> <li>• INVESTIMENTO EM <i>JOINT VENTURE</i></li> <li>• PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO</li> <li>• ATIVO IMOBILIZADO</li> </ul>	<p>Seção 1 -----</p> <p>Seção 2 CPC 00</p> <p>Seção 3 CPC 26 (R1)</p> <p>Seção 4 CPC 26 (R1)</p> <p>Seção 5 CPC 26 (R1)</p> <p>Seção 6 CPC 26 (R1)</p> <p>Seção 7 CPC 26 (R1)</p> <p>Seção 8 CPC 26 (R1)</p> <p>Seção 9 CPC 36 R2* 35 R1</p> <p>Seção 10 CPC 23</p> <p>Seção 11 CPC 38, CPC 39</p> <p>Seção 12 CPC 40</p> <p>Seção 13 CPC 16 R1</p> <p>Seção 14 CPC 18 R1</p> <p>Seção 15 CPC 19 R1</p> <p>Seção 16 CPC 28</p> <p>Seção 17 CPC 27</p>
		

 <b>IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros</b> 		
Pequenas e Médias Empresas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ATIVO INTANGÍVEL EXCETO <i>GOODWILL</i></li> <li>• COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS E <i>GOODWILL</i></li> <li>• OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL</li> <li>• PROV., PASSIVOS CONTING. E ATIVOS CONTING.</li> <li>• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</li> <li>• RECEITAS</li> <li>• SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL</li> <li>• CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS</li> <li>• PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES</li> <li>• REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS</li> <li>• BENEFÍCIOS A EMPREGADOS</li> <li>• TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</li> <li>• TAXAS DE CÂMBIO E CONV. DE DEMONS. CONTÁBEIS</li> <li>• HIPERINFLAÇÃO</li> <li>• EVENTO SUBSEQUENTE</li> <li>• DIVULGAÇÃO SOBRE PARTES RELACIONADAS</li> <li>• ATIVIDADES ESPECIALIZADAS</li> <li>• ADOÇÃO INICIAL DESTA NORMA</li> </ul>	<p>Seção 18 CPC 04</p> <p>Seção 19 CPC 15 (R1)</p> <p>Seção 20 CPC 06 (R1)</p> <p>Seção 21 CPC 25</p> <p>Seção 22 CPC 26 (R1)</p> <p>Seção 23 CPC 30</p> <p>Seção 24 CPC 07 (R1)</p> <p>Seção 25 CPC 20 (R1)</p> <p>Seção 26 CPC 10 (R1)</p> <p>Seção 27 CPC 01</p> <p>Seção 28 CPC 33</p> <p>Seção 29 CPC 32</p> <p>Seção 30 CPC 02 (R2)</p> <p>Seção 31 CPC 42 (<i>não emitido</i>)</p> <p>Seção 32 CPC 24</p> <p>Seção 33 CPC 05 (R1)</p> <p>Seção 34 CPC 29 e ICPC 01</p> <p>Seção 35 CPC 13, 37 e 41</p>
		



## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



Demonstrações Financeiras de Sociedades de Grande Porte



Art. 3º Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, **ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais)** ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

ATIVO	31/12/2012	31/12/2011 (não auditado)
<b>Circulante</b>	<b>332.973</b>	<b>332.281</b>
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 4)	248.450	272.451
Caixa e equivalentes de caixa restritos (Nota 5)	52.283	15.009
Estoques (Nota 6)	21.798	9.547
Contas a receber (Nota 7)	4.117	27.042
Adiantamentos (Nota 8)	6.325	8.232
<b>Não circulante</b>	<b>210.327</b>	<b>212.088</b>
RLP - Depósitos Judiciais (Nota 9)	547	547
Imobilizado (Nota 10)	208.696	210.532
Intangível (Nota 10)	1.084	1.009
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>543.300</b>	<b>544.369</b>

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)		
	31/12/2012	31/12/2011 (não auditado)
Receita líquida (Nota 18)	348.635	345.537
(-) Custo dos produtos vendidos (Nota 19)	(324.219)	(313.337)
<b>= Resultado bruto</b>	<b>24.416</b>	<b>32.200</b>
Despesas operacionais (Nota 19)		
Despesas com pessoal e administrativas	(48.383)	(36.763)
Receita de convênios	1.652	3.696
Despesas de convênios	(1.652)	(3.696)
<b>= Resultado operacional</b>	<b>(23.967)</b>	<b>(4.563)</b>
Resultado financeiro líquido (Nota 20)	11.229	29.417
<b>Superávit/(déficit) do exercício</b>	<b>(12.738)</b>	<b>24.854</b>



13



## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros

### Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis



14



## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



### Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

#### 8.5 A entidade **deve divulgar** no resumo das principais práticas contábeis:

- (a) a base de mensuração utilizada na elaboração das demonstrações contábeis;
- (b) as outras práticas contábeis utilizadas que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações contábeis.

#### Informação sobre julgamento

8.6 A entidade **deve divulgar**, no resumo das principais práticas contábeis ou em outras notas explicativas, os julgamentos, separadamente daqueles envolvendo estimativas (ver item 8.7), que a administração utilizou no processo de aplicação das práticas contábeis da entidade e que possuem efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

#### Informação sobre as principais fontes de incerteza das estimativas

8.7 A entidade **deve divulgar**, nas notas explicativas, informações sobre os principais pressupostos relativos ao futuro, e outras fontes importantes de incerteza das estimativas na data de divulgação, que tenham risco significativo de provocar modificação material nos valores contabilizados de ativos e passivos durante o próximo exercício financeiro. Com respeito a esses ativos e passivos, **as notas explicativas devem** incluir detalhes sobre:

- (a) sua natureza; e
- (b) seus valores contabilizados ao final do período de divulgação.

**PME**

15



## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



### Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

#### 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, as disposições legais das Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC T 10.19 aplicáveis as entidades sem fins lucrativos, os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, tendo optado pela adoção do Pronunciamento Técnico CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e nas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justos e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da provisão para créditos de difícil liquidação, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

Associação Cristã de  
Moços de São Paulo



16

**dominus** **IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros** **INICIAL**

**Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis**

**2.1 Base de preparação e apresentação** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002—"Entidades sem Finalidade de Lucros", **combinada** com a NBC TG 1000 (CPC PME) "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Associação no processo de aplicação das políticas contábeis, **não havendo**, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária em 29 de janeiro de 2013.

**PINACOTECA**  
SÃO PAULO  
**pwc**

17

**dominus** **IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros** **INICIAL**

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais - R\$)**

**2. Resumo das Principais Práticas Contábeis:**

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Irmandade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, **levando em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 10.19 - Entidades sem Finalidade de Lucro.**

**Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo**

**Deloitte.**

18

## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros

**INICIAL**



### - Apresentação das Demonstrações Contábeis:

As Demonstrações Contábeis da Fundação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a legislação específica aplicável às Fundações constante na Resolução nº 68 de 13 de novembro de 1979 da Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro e com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e suas alterações posteriores, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em especial, Resolução nº 877, de 18 de abril de 2000, que aprovou a NBC T 10.19, que estabelece critérios e procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros, bem como a NBC T 10.4 das Fundações.



19

## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros

### Contexto operacional

**INICIAL**

**dominus**  
Auditoria - Contabilidade - Consultoria

20



## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



### Contexto operacional

**1. Contexto operacional:** A Associação dos Amigos do Museu do Café é uma associação civil de direito privado, de duração ilimitada, sem finalidade lucrativa, com sede em Santos/SP, na R. XV de Novembro, 95, regida pelo seu estatuto, cuja última alteração consolidada foi deliberada em 26/10/2011 e pelas leis que lhe são aplicáveis. É objeto da Associação: Art. 4º, alíneas “a” a “m”, e § 1º e 2º do Estatuto Social. **Contratos de Gestão:** A **AAMC** foi criada em março de 1998 com o objetivo de viabilizar e impulsionar o desenvolvimento do Museu do Café, posicionando-o como o principal responsável pela preservação da história do produto no Brasil e no mundo. Em dezembro de 2008, após qualificar-se como Organização Social ligada à Secretaria de Estado da Cultura e vencer chamada pública aberta pela pasta, a entidade assinou o Contrato de Gestão 033/2008, vigente entre 18/12/2008 e 18/12/2011, com valor total de R\$ 4.731, passando a ser responsável pela gestão do equipamento cultural Museu do Café, de acordo com as diretrizes estabelecidas no referido contrato e nas ações previstas em plano de trabalho anual. *(continua)*

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU DO CAFÉ

GF AUDITORES INDEPENDENTES

21



## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



### Contexto operacional

**1. Contexto operacional:** *(continuação)*

Os bons resultados obtidos à frente do Museu do Café fizeram com que a **AAMC** fosse selecionada em nova chamada pública para a assinatura de um novo Contrato de Gestão (009/2011), firmado em 17/12/2011, com vigência até 30/11/2016, e valor global da ordem de R\$ 21.299, para gestão do equipamento cultural localizado no litoral paulista. Com esta mesma linha de trabalho, a **AAMC** se engajou no desafio de gerir outro equipamento cultural referência no Brasil e no exterior: o novo Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Após chamada pública realizada pela Secretaria de Estado da Cultura, a **AAMC** assinou o Contrato de Gestão 004/2011 com vigência entre 23/08/2011 e 31/07/2012, e valor total de R\$ 11.665, que após aditivo, assinado em 20/04/2012, foi reduzido para R\$ 5.628. Os bons resultados obtidos fizeram que a **AAMC** fosse novamente selecionada para gerir o Museu da Imigração do Estado de São Paulo por um novo período. O Contrato de Gestão 006/2012 foi assinado em 01/08/2012, é válido até 30/11/2016, com valor global de R\$ 35.283.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU DO CAFÉ

GF AUDITORES INDEPENDENTES

22

**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**  
**Contas Próprias Patrimoniais & Resultado**

**Contas Próprias**  
**Patrimoniais e de Resultado**



23

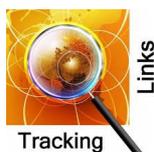


**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**  
**Contas Próprias Patrimoniais & Resultado**



Res 1.409/12

**12.** As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, **para aplicação específica**, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas devem ser registradas em **contas próprias**, **inclusive as patrimoniais**, segregadas das demais contas da entidade.



24

 <b>IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros</b> 		
<b>Contas Próprias Patrimoniais &amp; Resultado</b>		
<b>Demonstrações do superávit / déficit do exercício - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 - (Em milhares de Reais)</b>		
	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Receita operacional</b>	<b>4.800</b>	<b>4.910</b>
Contribuições dos mantenedores .....	4.800	4.910
Subvenções públicas para custeio .....	10.165	8.783
Outras receitas e contribuições .....	207	217
	<b>15.172</b>	<b>13.910</b>
<b>Receita atividade filantrópica.....</b>	<b>1.096</b>	<b>1.921</b>
<b>Custos e despesas operacionais</b>		
Custos do projeto Transmitindo Cidadania (Creches)	(8.083)	(6.693)
Custos do projeto Gerando Talentos (Circos e Casa Leide) .....	(4.146)	(3.431)
Custos do projeto Manancial de Produção e Nossa Comunidade .....	(90)	(140)
Custos do projeto Casas da Solidariedade.....	(1.610)	(1.288)
Administrativas e gerais .....	(1.292)	(1.094)
Depreciação e amortização .....	(263)	(259)
Tributárias .....	(49)	(41)
	<b>(15.533)</b>	<b>(12.946)</b>
<b>Custos e despesas atividade filantrópica.....</b>	<b>(1.096)</b>	<b>(1.921)</b>
	<b>(361)</b>	<b>964</b>
Resultado financeiro líquido.....	556	421
<b>Superávit/Déficit dos exercícios .....</b>	<b>195</b>	<b>1.385</b>


25

**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**

**Trabalho Voluntário**


26

**dominus** IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros **INICIAL**

**Trabalho Voluntário**

Res 1.409/12

**19.** O trabalho voluntário deve ser reconhecido **pele valor justo da prestação** do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.



27

**dominus** IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros **INICIAL**

**Trabalho Voluntário**

**h. Receitas com trabalhos voluntários** - As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas das atividades culturais. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não ocorreram trabalhos voluntários na Entidade.



28



### IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros

#### Trabalho Voluntário



**2.19 Apuração do superávit** - Os recursos provenientes do Contrato de Gestão, quando utilizados, são reconhecidos mensalmente como receita durante o exercício. Os recursos provenientes de patrocínios de lei de incentivos fiscais são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam **registrados no passivo circulante**, representando a parcela que **ainda deverá ser aplicada** nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrente de sua aplicação. As receitas de doações, de patrocínios não incentivados e contribuições associativas, são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento. As doações de bens e direitos estão comentadas na Nota 2.17. A receita de venda da loja, decorrente substancialmente da venda de livros e publicações, e dos ingressos são reconhecidas mensalmente pelo valor faturado, sendo as mesmas realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito. A Associação obedece rigorosamente a legislação fiscal vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores; entretanto, conforme requerido pela ITG 2002, o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos Conselhos de Administração e Fiscal foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Conselheiros respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). As despesas com o contrato de gestão e com projetos, assim como as demais despesas e receitas são contabilizadas observando o **regime de competência** de exercícios.




29



### IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros

#### Trabalho Voluntário



Demonstração do resultado Exercícios findos em 31/12-Em MRs		
	2013	2012
<b>Receitas das atividades</b>		
Contrato de gestão		
Recursos de órgão do governo (Nota 20)	22.881	18.481
Ingressos	527	587
Venda da loja, liq. do custo vendas e tribut. (Nota 21)	399	525
Patrocínios não incentivados	478	294
Doações pessoas físicas e jurídicas	31	271
Financeiras, líquidas	388	223
Outras	396	469
	25.100	20.850
Patrocínios de projetos (Nota 14)		
Recursos recebidos	6.534	5.635
<b>Trabalho voluntário e gratuidade (Nota 22)</b>	<b>3.790</b>	<b>2.862</b>
Próprias		
Doações, projetos e outras	28	295
Financeiras, líquidas	50	50
	78	345
Total das receitas das atividades	35.502	29.692
Despesas das atividades		
Com contrato de gestão (Nota 20)	(25.407)	(19.772)
Com projetos (Nota 14)	(6.534)	(5.635)
<b>Trabalho voluntário e gratuidade (Nota 22)</b>	<b>(3.790)</b>	<b>(2.862)</b>
Gerais e administrativas	(25)	(176)
Total das despesas das atividades	(35.756)	(28.445)
Superávit (déficit) do exercício	(254)	1.247

<b>22 Trabalho voluntário e gratuidade -</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Trabalho voluntário	1.431	577
Gratuidade	2.359	2.285
	<b>3.790</b>	<b>2.862</b>




30



## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



### Trabalho Voluntário

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima foi determinado a partir do valor que a Entidade estaria disposta a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço realizado pelo voluntário. Nesse sentido, a administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que, em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração, e/ou com base em informações de mercado, especialmente no caso de prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, onde as informações sobre o custo de serviços é amplamente divulgado ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e complexidade das operações da Entidade.

BENEFICÊNCIA NIPO BRASILEIRA DE SÃO PAULO



31

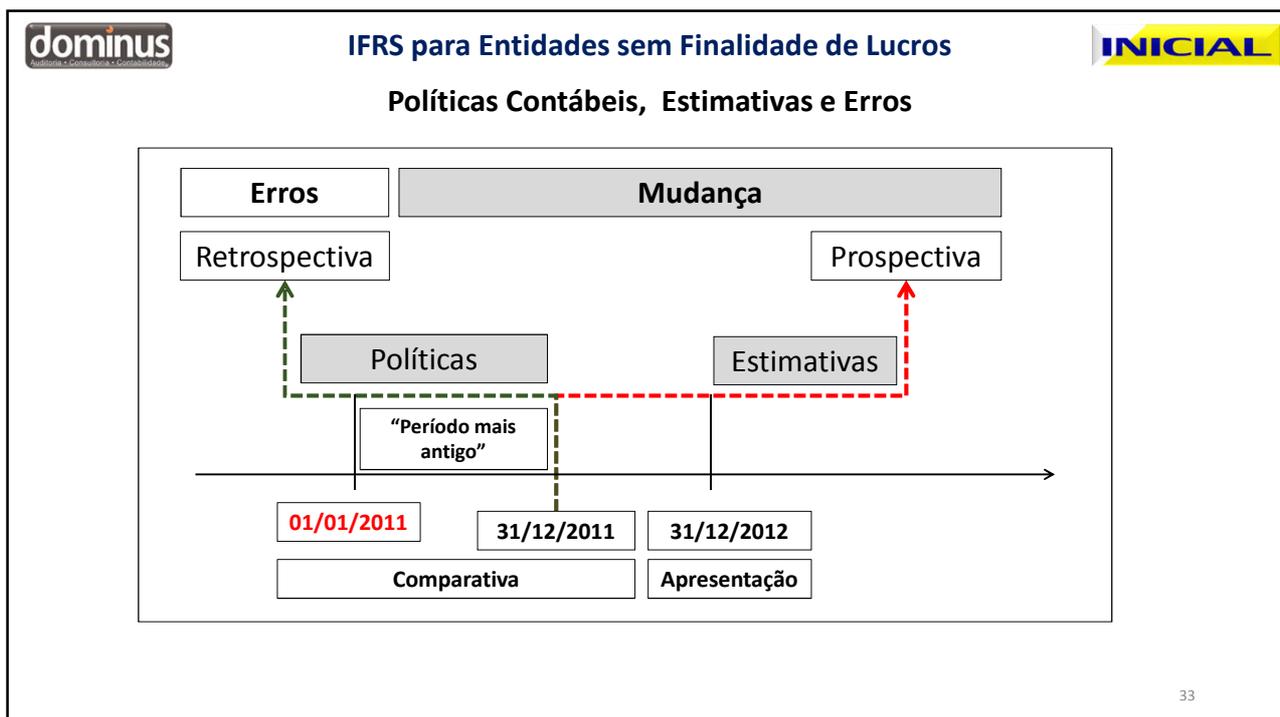
## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros

### Políticas Contábeis, Estimativas e Erros

#### CPC 23 - Seção 10



32



**dominus** **IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros** **INICIAL**

**Políticas Contábeis, Estimativas e Erros**

**4 Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011** - As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, anteriormente elaboradas de acordo com o CPC para Pequenas e Médias Empresas, estão sendo reapresentadas considerando as novas políticas contábeis estabelecidas pela Interpretação Técnica ITG 2002 – “Entidades sem Finalidade de Lucros”, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Resolução nº 1.409/12. A Associação adotou 1º de janeiro de 2011 como data de transição; nessa data, ela preparou as primeiras demonstrações financeiras de acordo com a referida norma. Adicionalmente, foi efetuada a reclassificação do Fundo de Reserva, apresentado no patrimônio líquido, para o passivo não circulante, por representar uma obrigação decorrente de retenção de parcela dos recursos recebidos em 2009 do contrato de gestão. A Associação, como facultado na referida ITG, não adotou o custo atribuído (*deemed cost*) para os bens do ativo imobilizado.

**PINACOTECA**  
 SÃO PAULO  
 SÃO PAULO

**pwc**

34

dominus		IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros		INICIAL	
Políticas Contábeis, Estimativas e Erros					
Ativo/Circulante	2012	2011	(Reapres.)		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	3.728	2.277			
Recursos financeiros de projetos (Nota 6)	6.604	7.165			
Contas a receber (Nota 8)	296	321			
Estoques (Nota 9)	201	303			
Outros créditos (Nota 11)	370	96			
Despesas antecipadas	44	43			
	<b>11.243</b>	<b>10.205</b>			
<b>Não circulante:</b> Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 10)	3.257	3.026			
Outros créditos (Nota 11)	4	8			
	<b>3.261</b>	<b>3.034</b>			
Imobilizado (Nota 12)	471	845			
Intangível (Nota 2.10)	21	39			
	<b>3.753</b>	<b>3.918</b>			
<b>Total do ativo</b>	<b>14.996</b>	<b>14.123</b>			

PINACOTECA  
SÃO PAULO



dominus		IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros		INICIAL	
Políticas Contábeis, Estimativas e Erros					
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	2012	2011	(Reapres.)		
Fornecedores	588	618			
Impostos e contribuições a recolher (Nota 13)	385	372			
Salários e férias a pagar (Nota 14)	1.255	1.125			
Créditos de projetos a incorrer (Nota 15)	6.702	7.265			
Recursos do contrato de gestão (Nota 16)	1.008	650			
Doações de bens e direitos a apropriar (Nota 17)	492	884			
	<b>10.430</b>	<b>10.914</b>			
<b>Não circulante:</b> Provisão p/contingências (Nota 18)	123	74			
Retenções do contrato de gestão (Nota 19)	1.231	1.170			
	<b>1.354</b>	<b>1.244</b>			
<b>Total do passivo</b>	<b>11.784</b>	<b>12.158</b>			
<b>Patrimônio líquido (Nota 20):</b> Patrimônio social	386				
Fundo especial	871	596			
Reserva para eventos futuros	1.955	1.000			
Superávit acumulado		369			
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>3.212</b>	<b>1.965</b>			
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>14.996</b>	<b>14.123</b>			

PINACOTECA  
SÃO PAULO





**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**

**Políticas Contábeis, Estimativas e Erros**



**19. Refazimento:** A receita vinculada aos recursos governamentais foi reconhecida a maior em 2012 no montante de R\$ 2.065, por isso houve a necessidade de refazer as demonstrações contábeis daquele ano, conforme exigido pelas práticas contábeis, especificamente NBC TG 23 sobre políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros. Esse efeito líquido total foi estornado da receita de recursos governamentais - contratos de gestão - em contrapartida ao passivo circulante, especificamente na rubrica de projetos a executar.

**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU DO CAFÉ**

GF AUDITORES INDEPENDENTES

37



**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**

**Políticas Contábeis, Estimativas e Erros**



Ativo	Nota	Museu do Café	Museu da Imigração	Total 2013	Reapresentado	
					31/12/12	01/12/12
<b>Circulante</b>		<b>1.594</b>	<b>7.147</b>	<b>8.741</b>	<b>2.712</b>	<b>4.188</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	194	-	194	6	456
Recursos vinculados a projetos	5	1.344	7.143	8.487	2.672	3.728
Contas a receber		41	-	41	33	-
Adiantamentos		5	4	9	1	4
Despesas antecipadas		10	-	10	-	-
<b>Não circulante</b>		<b>340</b>	<b>93</b>	<b>433</b>	<b>278</b>	<b>315</b>
Imobilizado - próprio	6	68	-	68	278	315
Imobilizado - vinculado contrato gestão	6	271	93	364	-	-
Intangível - vinculado contrato gestão	6	1	-	1	-	-
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.934</b>	<b>7.240</b>	<b>9.174</b>	<b>2.990</b>	<b>4.503</b>

**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU DO CAFÉ**

GF AUDITORES INDEPENDENTES

38

		IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros			INICIAL	
Políticas Contábeis, Estimativas e Erros						
Passivo	Nota	Museu	Museu da	Total	Reapresentado	
		do Café	Imigração	2013	31/12/12	01/12/12
<b>Circulante</b>		<b>1.345</b>	<b>7.147</b>	<b>8.492</b>	<b>2.704</b>	<b>3.728</b>
Fornecedores e outras contas a pagar		128	73	201	273	-
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	8	180	135	315	362	-
Obrigações tributárias		18	14	32	4	-
Projetos a executar - Contrato de Gestão	7	1.019	6.925	7.944	2.065	3.728
<b>Não circulante</b>		<b>333</b>	<b>93</b>	<b>426</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Obrigações com o Estado - imobilizado e intangível	9	272	93	365	-	-
Provisão para contingências	14	61	-	61	-	-
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>10</b>	<b>256</b>	<b>-</b>	<b>256</b>	<b>286</b>	<b>775</b>
Patrimônio social		286	-	286	775	775
Déficit do exercício		(30)	-	(30)	(489)	-

**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU DO CAFÉ**  
GF AUDITORES INDEPENDENTES

39

		Total			Reapresentado	
		Museu	Museu da	2013	2012	
		do Café	Imigração			
<b>Atividades Culturais</b>	<b>Nota</b>	<b>4.717</b>	<b>4.193</b>	<b>8.910</b>	<b>7.994</b>	
<b>Receitas com Restrições</b>						
Recursos governamentais - Contrato de Gestão		3.783	3.632	7.415	7.546	
Cessão Onerosa		384	-	384	241	
Bilheteria		165	179	344	158	
Convênios		236	-	236	-	
Financeira		86	362	448	20	
Entradas diversas		63	20	83	29	
<b>Despesas com restrições</b>		<b>(4.717)</b>	<b>(4.193)</b>	<b>(8.910)</b>	<b>(7.994)</b>	
Salários, encargos e benefícios	11	(2.072)	(1.201)	(3.273)	(2.040)	
Serviços prestados por terceiros	12	(1.262)	(2.101)	(3.363)	(5.056)	
Gerais e Administrativas	13	(1.308)	(816)	(2.124)	(898)	
Financeiras		(28)	(61)	(89)	-	
Depreciação e amortização		(47)	(14)	(61)	-	
<b>Resultado das Atividades Culturais com restrições</b>						
<b>Receitas Operacionais não vinculadas</b>						
Associativas		56	-	56	63	
Vendas de Bens ou Serviços		28	-	28	11	
Outras receitas		145	-	145	4	
<b>Total das receitas</b>		<b>229</b>	<b>-</b>	<b>229</b>	<b>78</b>	
<b>Despesas Operacionais não vinculadas</b>						
Salários, encargos e benefícios		-	-	-	(98)	
Serviços prestados por terceiros		-	-	-	(137)	
Gerais e Administrativas		(246)	-	(246)	(271)	
Financeiras		(2)	-	(2)	(3)	
Depreciação e amortização		(11)	-	(11)	(58)	
<b>Total das despesas</b>		<b>(259)</b>	<b>-</b>	<b>(259)</b>	<b>(567)</b>	
<b>Resultado Operacional</b>		<b>(30)</b>	<b>-</b>	<b>(30)</b>	<b>(489)</b>	
<b>Superávit/Déficit do exercício</b>		<b>(30)</b>	<b>-</b>	<b>(30)</b>	<b>(489)</b>	

**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU DO CAFÉ**  
GF AUDITORES INDEPENDENTES

40



## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



### Políticas Contábeis, Estimativas e Erros

Base para opinião com ressalva: 7. Conforme mencionado na Nota 14 às demonstrações financeiras, a administração da Entidade, durante o exercício de 2012, efetuou ajuste de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros no reconhecimento de receitas de 2011 e outros, no montante total de R\$ 20.482 mil. Referidos ajustes **não foram** efetuados de maneira apropriada pela administração da Entidade, uma vez que o efeito das receitas do exercício de 2010 registradas no exercício de 2011 não foi considerado pela administração ao proceder o ajuste, cujo montante não pode ser quantificado, bem como **não foi** efetuada a representação das cifras comparativas do resultado e fluxo de caixa de 2011 e a representação do balanço patrimonial em 1º de janeiro e em 31 de dezembro de 2011, como requisitado pelo CPC 23 - "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" prejudicando assim a comparabilidade das cifras do resultado e fluxo de caixa de 2011.

BENEFICÊNCIA NIPO BRASILEIRA DE SÃO PAULO



41

## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros

### Apuração do Superávit



42

**dominus** **IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros** **INICIAL**  
Apuração do Superávit

**17. Do Resultado do Exercício**  
O superávit do exercício 2010 será incorporado ao Patrimônio Social, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução 877/2000, que aprovou a NBC T 10.19, em especial no item 10.19.2.7, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do exercício, enquanto não aprovado pela assembléia dos associados e após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta do Patrimônio Social.



**15.** O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido. Res 1.409/12

**23.** No Balanço Patrimonial, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido.  
....

43

**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**

**Concessão de Gratuidades**



44



## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



### Concessão de Gratuidades

Res 1.409/12

**16.** O benefício concedido como **gratuidade** por meio da prestação de serviços deve ser reconhecido pelo valor efetivamente praticado.

**13.** Os benefícios concedidos pela entidade sem finalidade de lucros a título de **gratuidade** devem ser reconhecidos de forma segregada, destacando-se aqueles que devem ser utilizados em prestações de contas nos órgãos governamentais.

45



## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



### Concessão de Gratuidades

**Gratuidades:** Referem-se aos serviços de saúde prestados aos usuários/SUS regulados pela prefeitura do Município de São Paulo nas unidades da Entidade. Os serviços contemplam: (a) atenção básica e de média e alta complexidade; (b) tratamento ambulatorial; (c) internação hospitalar; (d) tratamento odontológico. Na terminologia da norma contábil ITG 2002, são denominados "gratuidades". Seguem os tipos e valores de gratuidades consideradas pela Entidade:

Saúde	2012	2011
Gestão municipal		
Termo de cooperação - Secretaria Municipal da Saúde do Município de São Paulo	7.201.460	3.136.705
Total das ações	7.201.460	3.136.705

BENEFICÊNCIA NIPO BRASILEIRA DE SÃO PAULO



46

## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros

### Receita Operacional e Receita Diferida



47

#### 20. Subvenções Governamentais

São provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para fiscalização. A entidade, para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução nº 1.143/08 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que aprovou a NBC T 19.4 - Subvenções e Assistências Governamentais.

A entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Federal, Estadual e Municipal:

• Governo Federal .....	R\$ 147
• Governo Estadual .....	R\$ 1.110
• Governo Municipal .....	R\$ 8.908
<b>Total .....</b>	<b>R\$ 10.165</b>

As receitas decorrentes de doações e contribuições para custeio, recebidas pela Entidade, são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota Explicativa 1. **As doações e subvenções patrimoniais são contabilizadas no patrimônio social.**

#### Receita Operacional e Receita Diferida



*Revogada pela Resolução CFC nº 1305/10, publicada em 02 de dezembro de 2010 na Seção 1 do Diário Oficial da União.*



NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais

**26.** Um dos métodos reconhece a subvenção governamental como receita diferida no passivo, sendo reconhecida como receita em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

**27.** O outro método deduz a subvenção governamental do valor contábil do ativo relacionado com a subvenção para se chegar ao valor escriturado líquido do ativo, que pode ser nulo. A subvenção deve ser reconhecida como receita durante a vida do ativo depreciável por meio de crédito à depreciação registrada como despesa no resultado.

48



## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



### Apuração do Superávit

#### Apuração do superávit

As doações e contribuições recebidas pela Fundação a título de patrocínio de programas e projetos, bem como a receita financeira resultante da aplicação dos recursos antes de sua alocação ao projeto, são reconhecidas como adiantamentos de projetos e apropriadas ao resultado pela utilização dos respectivos recursos nos mesmos. As doações e contribuições espontâneas e sem destinação específica para programas e projetos são reconhecidas como receitas quando recebidas.



49



## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



### Apuração do Superávit

**b. Apuração do superávit/déficit e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pela Associação e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em seus respectivos contratos. Tais recursos possuem como contrapartida a conta de **projetos a executar**. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Convênio originados respectivamente de contratos com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), são registrados da seguinte forma: **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante, conforme observado na **NBC TG 07**. **Consumo como despesas:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e Convênio MAPA, são reconhecidas as despesas em contrapartida ao passivo circulante. O reconhecimento da receita é registrado à débito do passivo de projetos a executar e contrapartida no resultado do exercício em receita de Recursos Governamentais - Contrato de Gestão e Recursos de Convênio. **Rendimento de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras destes recursos, são reconhecidos **a débito** de Recursos Vinculados a Projetos no ativo circulante e **a crédito** de Receitas Financeiras.

**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU DO CAFÉ**

**GF AUDITORES INDEPENDENTES**

50



**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**  
**Receita Operacional e Receita Diferida**



Res 1.409/12

**11.** Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento, bem como de isenção e incentivo fiscal registrados no ativo, **deve ser em conta específica do passivo.**

**Receitas diferidas com projetos de assessoramento**

As receitas diferidas referem-se aos valores de contratos de patrocínios já recebidos pela Entidade e que serão reconhecidos como receita no resultado dos exercícios ao longo do prazo do contrato na mesma proporção dos gastos recuperáveis e o saldo final quando da conclusão dos projetos.


51



**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**  
**Receita Operacional e Receita Diferida**



**i. Receita operacional. i. Venda de bens.** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que **os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Entidade**, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. As contribuições recebidas, anuidades de associados, donativos de igrejas, ofertas, doações e legados são registrados por ocasião do efetivo recebimento.

**SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL**



52

 **IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros** 

**Ajuste ao Valor Recuperável**  
*(Ativos não Financeiros)*

53

 **IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros** 

**Ajuste ao Valor Recuperável**  
*(Ativos não Financeiros)*

**Res 1.409/12**

**20.** Aplica-se aos ativos não monetários a Seção 27 da NBC TG 1000, que trata da redução ao valor recuperável de ativos e a NBC TG 01, quando aplicável.

O benefício econômico futuro do ativo é o seu potencial de contribuir, direta ou indiretamente, para com o fluxo de caixa e equivalentes de caixa para a entidade.

Esses fluxos de caixa podem **vir do uso** de ativo ou de **sua liquidação..**

54

**dominus** **IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros** **INICIAL**  
**Ajuste ao Valor Recuperável**  
**(Ativos não Financeiros)**

**Res 1.409/12**

**20.** Aplica-se aos ativos não monetários a Seção 27 da NBC TG 1000, que trata da redução ao valor recuperável de ativos e a NBC TG 01, quando aplicável.

The diagram shows a timeline starting from the present. A red box labeled 'Valor em uso' is at the beginning. A horizontal arrow points to the right, labeled 'Vida útil remanescente do ativo (incluir perpetuidade no cálculo)'. Above the arrow, five yellow boxes labeled 'CF' are spaced out, representing cash flows. A blue box labeled 'Valor Terminal' is at the end of the arrow. A line labeled 'Desconto a valor presente' connects the 'Valor em uso' box to the 'Valor Terminal' box, indicating the discounting process.

55

**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**

**Doação de Bens Depreciáveis e Amortizáveis e o Custo Atribuído (*Deemed Cost*)**

**INICIAL**  
**dominus**

56



**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**

**Doação de Bens Depreciáveis e Amortizáveis**



**2.17 Doações de bens e direitos a apropriar** - Os bens recebidos (imobilizado e intangível) em doação ou aqueles adquiridos com recursos oriundos de projetos incentivados (Lei Rouanet) ou do contrato de gestão são contabilizados observando o disposto na **NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais**. Segundo a referida norma, a receita de doação relacionada a ativo depreciável deve ser reconhecida ao longo do período da vida útil do bem **ou** direito e na mesma proporção de sua depreciação, sendo reconhecida a crédito da depreciação registrada como despesa no resultado.

Doações de bens e direitos a apropriar	2012	2011
No início do exercício	884	1.172
Bens recebidos em doação ou adquiridos com recursos do contrato de gestão ou de projetos incentivados		
Imobilizado	63	50
Intangível	2	
Apropriação para o resultado-realização	<u>(457)</u>	<u>(338)</u>
<b>No final do exercício</b>	<b><u>492</u></b>	<b><u>884</u></b>

As doações são apropriadas ao resultado na mesma proporção da depreciação ou amortização contabilizada. A realização da receita de doações está sendo apresentada na demonstração do resultado como dedução da despesa de depreciação, sendo R\$ 191 (2011-R\$ 81) decorrente do contrato de gestão e R\$ 266 (2011-R\$ 257) das atividades próprias.




57



**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**

**Doação de Bens Depreciáveis e Amortizáveis**



**2.17 Doações de bens e direitos a apropriar** - Os bens recebidos (imobilizado e intangível) em doação ou aqueles adquiridos com recursos oriundos de projetos incentivados (Lei Rouanet) ou do contrato de gestão são contabilizados observando o disposto na **NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais**. Segundo a referida norma, a receita de doação relacionada a ativo depreciável deve ser reconhecida ao longo do período da vida útil do bem **ou** direito e na mesma proporção de sua depreciação, sendo reconhecida a crédito da depreciação registrada como despesa no resultado.

Doações de bens e direitos a apropriar	2012	2011
No início do exercício	884	1.172
Bens recebidos em doação ou adquiridos com recursos do contrato de gestão ou de projetos incentivados		
Imobilizado	63	50
Intangível	2	
Apropriação para o resultado-realização	<u>(457)</u>	<u>(338)</u>
<b>No final do exercício</b>	<b><u>492</u></b>	<b><u>884</u></b>

As doações são apropriadas ao resultado na mesma proporção da depreciação ou amortização contabilizada. A realização da receita de doações está sendo apresentada na demonstração do resultado como dedução da despesa de depreciação, sendo R\$ 191 (2011-R\$ 81) decorrente do contrato de gestão e R\$ 266 (2011-R\$ 257) das atividades próprias.




58



**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**  
**Doação de Bens Depreciáveis e Amortizáveis**



**b) Doações** – As doações recebidas pela Associação são preponderantemente em materiais bibliográficos (livros) e são registradas na ocasião de seu recebimento em conta de receita. Esses livros são imediatamente distribuídos e contabilizados em despesas por valor semelhante ao de seu acolhimento.

SP LEITURAS - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECAS E LEITURA

Grant Thornton Auditores Independentes

59



**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**  
**Doação de Bens Depreciáveis e Amortizáveis**



Res 1.409/12

21. Na adoção inicial desta Interpretação e da NBC TG 1000 ou das normas completas (IFRS completas), a entidade **pode** adotar os procedimentos do custo atribuído (*deemed cost*) de que trata a ITG 10.

60



### IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros

#### Doação de Bens Depreciáveis e Amortizáveis



**Ativo imobilizado**  
Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, acrescidos do ajuste de avaliação a valor justo (*deemed cost*), menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi concluída a revisão da vida útil dos ativos considerando a melhor estimativa da administração, conforme descrito na Nota 6.

Os ativos sujeitos à depreciação são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado Nota 6.

  
  
61



### IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros

#### Doação de Bens Depreciáveis e Amortizáveis



**2.9 Imobilizado** - Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, deduzido do valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. A **depreciação é calculada** usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, substancialmente, **o prazo do contrato de gestão** (até cinco anos), não considerando o valor residual dos bens, uma vez que ao término do contrato de gestão, caso não ocorra sua renovação, os bens adquiridos com recursos do contrato e dos projetos **serão revertidos ao Estado**, sem direito a indenização. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se ele for maior que seu valor recuperável estimado.

  
  
62



## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros

### Doação de Bens Depreciáveis e Amortizáveis



#### **Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

A Fundação revisou a vida útil-econômica estimada para o cálculo da depreciação e concluiu que as taxas atuais praticadas são as mais razoáveis, não requerendo nenhum ajuste.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.



63



## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros

### Arrendamento Mercantil

#### **Arrendamento Mercantil**



64

**dominus** **IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros** **INICIAL**  
**Arrendamento Mercantil**

**Os dois tipos de leasing**

<i>Arrendamento mercantil financeiro</i>	<i>Arrendamento mercantil operacional</i>
	

A classificação de um arrendamento mercantil como arrendamento mercantil financeiro ou arrendamento mercantil operacional **depende da essência da transação e não da forma do contrato.**

65

**dominus** **IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros** **INICIAL**  
**Arrendamento Mercantil**

**i. Ativos arrendados - Os arrendamentos em cujos termos a Fundação assuma os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros, entretanto a Fundação somente possui arrendamentos mercantis operacionais e, portanto, não são reconhecidos no balanço patrimonial.**

FUNDAÇÃO ANTONIO PRUDENTE

Hospital **A.C. Camargo**

**KPMG**  
cutting through complexity

66



## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros

**AVP**  
**Ajuste a Valor Presente**

**INICIAL**

67



## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros

**Ajuste a Valor Presente**





Valor das Prestações = R\$ 125,00 - (Juros)

1 2 3 4 5 6 7 8

Valor da Nota Fiscal = R\$ 1.000,00 - (Juros)

Taxa de Juros	CÁLCULO VALOR PRESENTE LÍQUIDO								
Parcelas	1	2	3	4	5	6	7	8	
VP	-R\$ 123,76	-R\$ 122,54	-R\$ 121,32	-R\$ 120,12	-R\$ 118,93	-R\$ 117,76	-R\$ 116,59	-R\$ 115,44	-R\$ 956,46
Vlr Fatura	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	1.000,00
Juros Mês	1,24	2,46	3,68	4,88	6,07	7,24	8,41	9,56	43,54
Juros Acumulado	1,24	3,70	7,38	12,25	18,32	25,57	33,98	43,54	

Receita de Produtos

Receita c/ Juros

68



**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**

Ajuste a Valor Presente

**RECONHECIMENTO DA RECEITA**



<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center; border-bottom: 1px solid black;">Contas a Receber</th> </tr> <tr> <td style="width: 30%; border-right: 1px solid black; padding: 5px;"> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">1</td> <td style="padding: 5px;">1.000,00</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">3</td> <td style="padding: 5px;">125,00</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">4</td> <td style="padding: 5px;">125,00</td> </tr> </table> </td> <td style="padding: 5px;"></td> </tr> </table> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center; border-bottom: 1px solid black;">AVP – Redutora Ativo</th> </tr> <tr> <td style="width: 30%; border-right: 1px solid black; padding: 5px;"> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">3</td> <td style="padding: 5px;">1,24</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">4</td> <td style="padding: 5px;">2,46</td> </tr> </table> </td> <td style="padding: 5px;"> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">2</td> <td style="padding: 5px;">43,54</td> </tr> </table> </td> </tr> </table> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center; border-bottom: 1px solid black;">Receita Financeira</th> </tr> <tr> <td style="width: 30%; border-right: 1px solid black; padding: 5px;"> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">3</td> <td style="padding: 5px;">1,24</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">4</td> <td style="padding: 5px;">2,46</td> </tr> </table> </td> <td style="padding: 5px;"> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">3</td> <td style="padding: 5px;">125,00</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">4</td> <td style="padding: 5px;">125,00</td> </tr> </table> </td> </tr> </table>	Contas a Receber		<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">1</td> <td style="padding: 5px;">1.000,00</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">3</td> <td style="padding: 5px;">125,00</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">4</td> <td style="padding: 5px;">125,00</td> </tr> </table>	1	1.000,00	3	125,00	4	125,00		AVP – Redutora Ativo		<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">3</td> <td style="padding: 5px;">1,24</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">4</td> <td style="padding: 5px;">2,46</td> </tr> </table>	3	1,24	4	2,46	<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">2</td> <td style="padding: 5px;">43,54</td> </tr> </table>	2	43,54	Receita Financeira		<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">3</td> <td style="padding: 5px;">1,24</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">4</td> <td style="padding: 5px;">2,46</td> </tr> </table>	3	1,24	4	2,46	<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">3</td> <td style="padding: 5px;">125,00</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">4</td> <td style="padding: 5px;">125,00</td> </tr> </table>	3	125,00	4	125,00	<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center; border-bottom: 1px solid black;">Receita</th> </tr> <tr> <td style="width: 30%; border-right: 1px solid black; padding: 5px;"> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">1</td> <td style="padding: 5px;">1.000,00</td> </tr> </table> </td> <td style="padding: 5px;"></td> </tr> </table> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center; border-bottom: 1px solid black;">AVP – Dedução Receita</th> </tr> <tr> <td style="width: 30%; border-right: 1px solid black; padding: 5px;"> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">2</td> <td style="padding: 5px;">43,54</td> </tr> </table> </td> <td style="padding: 5px;"></td> </tr> </table> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center; border-bottom: 1px solid black;">Banco</th> </tr> <tr> <td style="width: 30%; border-right: 1px solid black; padding: 5px;"> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">3</td> <td style="padding: 5px;">125,00</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">4</td> <td style="padding: 5px;">125,00</td> </tr> </table> </td> <td style="padding: 5px;"></td> </tr> </table>	Receita		<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">1</td> <td style="padding: 5px;">1.000,00</td> </tr> </table>	1	1.000,00		AVP – Dedução Receita		<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">2</td> <td style="padding: 5px;">43,54</td> </tr> </table>	2	43,54		Banco		<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">3</td> <td style="padding: 5px;">125,00</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">4</td> <td style="padding: 5px;">125,00</td> </tr> </table>	3	125,00	4	125,00	
Contas a Receber																																																					
<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">1</td> <td style="padding: 5px;">1.000,00</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">3</td> <td style="padding: 5px;">125,00</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">4</td> <td style="padding: 5px;">125,00</td> </tr> </table>	1	1.000,00	3	125,00	4	125,00																																															
1	1.000,00																																																				
3	125,00																																																				
4	125,00																																																				
AVP – Redutora Ativo																																																					
<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">3</td> <td style="padding: 5px;">1,24</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">4</td> <td style="padding: 5px;">2,46</td> </tr> </table>	3	1,24	4	2,46	<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">2</td> <td style="padding: 5px;">43,54</td> </tr> </table>	2	43,54																																														
3	1,24																																																				
4	2,46																																																				
2	43,54																																																				
Receita Financeira																																																					
<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">3</td> <td style="padding: 5px;">1,24</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">4</td> <td style="padding: 5px;">2,46</td> </tr> </table>	3	1,24	4	2,46	<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">3</td> <td style="padding: 5px;">125,00</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">4</td> <td style="padding: 5px;">125,00</td> </tr> </table>	3	125,00	4	125,00																																												
3	1,24																																																				
4	2,46																																																				
3	125,00																																																				
4	125,00																																																				
Receita																																																					
<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">1</td> <td style="padding: 5px;">1.000,00</td> </tr> </table>	1	1.000,00																																																			
1	1.000,00																																																				
AVP – Dedução Receita																																																					
<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">2</td> <td style="padding: 5px;">43,54</td> </tr> </table>	2	43,54																																																			
2	43,54																																																				
Banco																																																					
<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center; border: 1px solid black;">3</td> <td style="padding: 5px;">125,00</td> </tr> <tr> <td style="border: 1px solid black;">4</td> <td style="padding: 5px;">125,00</td> </tr> </table>	3	125,00	4	125,00																																																	
3	125,00																																																				
4	125,00																																																				

1	Contabilização pela emissão da nota fiscal
2	Contabilização do Ajuste a Valor Presente dos pagamentos futuros
3	Pagamento primeira parcela e reconhecimento da respectiva Receita Financeira <sup>69</sup>



**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**

Ajuste a Valor Presente



**e. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** A Administração da Associação não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU DO CAFÉ**

**GF AUDITORES INDEPENDENTES**

70

 **IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**

**Contas de Compensação**



71

 **IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros** 

**Contas de Compensação**

**Res 1.330/11 (ITG 2000)**

**Contas de compensação**

Contas de compensação constituem sistema próprio para **controle** e registro dos fatos relevantes que resultam em assunção de direitos e obrigações da entidade cujos efeitos materializar-se-ão no futuro e que possam se traduzir em modificações no patrimônio da entidade.

Exceto quando de uso mandatório por ato de órgão regulador, a escrituração das contas de compensação não é obrigatória. Nos casos em que não forem utilizadas, a entidade deve assegurar-se que possui outros mecanismos que permitam acumular as informações que de outra maneira **estariam controladas** nas contas de compensação.

72



## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



### Contas de Compensação

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 2009 - (Em milhares de Reais)		2010	2009
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Disponível			
Caixas e Bancos .....	46	1.124	
Aplicações financeiras .....	6.437	4.326	
<b>Créditos</b>			
Doações/ subv. a receber .....	540	701	
Outros .....	627	584	
Despesas Antecipadas			
Despesas Exerc. Seguinte .....	9	10	
	<u>7.659</u>	<u>6.745</u>	
<b>Não Circulante</b>			
Imobilizado .....	5.079	4.943	
Depreciação Acumulada .....	(2.621)	(2.365)	
Intangível .....	113	104	
Amortização Intangível .....	(72)	(64)	
	<u>2.499</u>	<u>2.618</u>	
	<u>10.158</u>	<u>9.363</u>	
<b>Conta Compensação</b>			
Gratuidades .....	13.929	11.552	
Custo Isenção .....	1.096	1.921	
	<u>15.025</u>	<u>13.473</u>	
		<u>10.158</u>	<u>9.363</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores .....		147	121
Impostos e contribuições a recolher .....		341	148
Salários e férias a pagar .....		1.366	1.069
Outras contas a pagar .....		139	55
		<u>1.993</u>	<u>1.393</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Patrimônio Social .....		7.970	6.585
Superávit ou Déficit do exercício .....		195	1.385
		<u>8.165</u>	<u>7.970</u>
		<u>10.158</u>	<u>9.363</u>
<b>Conta Compensação</b>			
Gratuidades .....		13.929	11.552
Custo Isenção .....		1.096	1.921
		<u>15.025</u>	<u>13.473</u>




**19. Sistema de Compensado**

Este grupo está previsto na NBC T 25 e registra o controle das Gratuidades Concedidas e o Custo das Contribuições Sociais Usufruidas

- Gratuidades concedidas:- R\$ 13.929
- Custos das Contribuições usufruidas:- R\$ 1.096

73

## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros

### Patrimônio Social e o Patrimônio Líquido




74



**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**

**Patrimônio Social e o Patrimônio Líquido**

Res 1.409/12



**15. O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.**

De acordo com a ata de nº24, de 28 de setembro de 2009, houve a recomendação do Conselho Deliberativo à Diretoria, em relação à destinação de parte do Superávit ao Fundo de Reserva de Sustentabilidade, para alcançar o valor de R\$ 1.500.000 e a utilização do Fundo de Reserva de Sustentabilidade, quando necessária, será deliberada pela Diretoria Estatutária.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 não ocorreram deliberações da Diretoria relativas a destinações para Reserva - Fundo de Sustentabilidade.




75



**IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**

**Patrimônio Social e o Patrimônio Líquido**



	Reserva de doações	Reserva Fundo de sustentabilidade	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit acumulado	Total
Em 1º de janeiro de 2009	74.562	738.412	38.728	1.820.574	2.672.276
Superávit líquido do exercício				70.736	70.736
Realização do ajuste de avaliação do ativo imobilizado ao valor justo			(5.763)	5.763	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>			<b>(5.763)</b>	<b>76.499</b>	<b>70.736</b>
Aplicações no fundo de sustentabilidade		642.218		(642.218)	
Rendimentos de aplicações do fundo de sustentabilidade		119.370		(119.370)	
Bens do ativo imobilizado recebidos em doação	3.825				3.825
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>78.387</b>	<b>1.500.000</b>	<b>32.965</b>	<b>1.135.485</b>	<b>2.746.837</b>
Superávit líquido do exercício				224.773	224.773
Realização do ajuste de avaliação do ativo imobilizado ao valor justo			(5.763)	5.763	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>			<b>(5.763)</b>	<b>230.536</b>	<b>224.773</b>
Bens do ativo imobilizado recebidos em doação	3.841				3.841
Doação de bens do ativo imobilizado	(2.468)				(2.468)
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>79.760</b>	<b>1.500.000</b>	<b>27.202</b>	<b>1.366.021</b>	<b>2.972.983</b>




76

 **IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**  
Eventos Subsequentes

**Eventos Subsequentes**



77

 **IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros**   
Eventos Subsequentes

**Evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis**

**32.2** Eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis são aqueles eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data do balanço e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.

Existem dois tipos de eventos:

- (a) aqueles que evidenciam condições que já existiam na data de encerramento do período (eventos que geram ajustes após o encerramento desse período); e
- (b) aqueles que são indicadores de condições que surgiram após o encerramento do período (eventos que não geram ajustes após o encerramento desse período).

78



## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



### Eventos Subsequentes

**23. Eventos subsequentes: Contrato de Gestão:** O Contrato de Gestão 38/2009 assinado em 01/12/09, publicado no Diário Oficial em 16/12/09 encerrar-se-á em 30/11/2014. Durante a vigência do último ano de referido Contrato (2014) prevê-se a abertura de chamada pública, por parte da Secretaria de Estado da Cultura, para um novo período de gestão da São Paulo Companhia de Dança, procedimento este que a Associação Pró-Dança intenta participar.



79

## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



80

### IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



#### Ficha de inscrição do sorteio

*(havendo real interesse nos cursos oferecidos nesse momento pela Inicial Treinamentos, favor preencher e entregar ao final do evento)*

Nome: \_\_\_\_\_

Empresa onde trabalha: \_\_\_\_\_

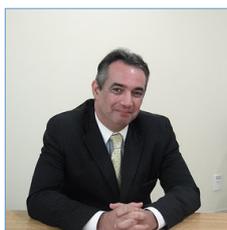
Função na empresa: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Telefone de contato: \_\_\_\_\_

Para fins do sorteio de hoje, qual o curso de seu interesse? \_\_\_\_\_

Autorizo a divulgação do meu nome caso sorteado: \_\_\_\_\_

### IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



#### Currículo Resumido

Atualmente é Professor/ Instrutor/ Palestrante e Consultor em IFRS, atuando junto a empresas de CONSULTORIA DE SISTEMAS E ORGANIZACIONAIS, bem como sócio do Portal [www.ifrsnews.com.br](http://www.ifrsnews.com.br), sócio da Inicial Treinamentos em IFRS.

Bacharel em economia e Contabilidade, Pós-graduado em Gestão de Negócios, Pós Graduado Administração pela Faculdade SANTO AMARO. Especializado em Análise de Processos de Negócios, Administrativos, Financeiros e Contábeis. Possui mais de 20 anos de experiência profissional em empresas de auditoria externa e como \*Administrador\*, \*Contador\* e \*Controller\* em empresas Nacionais e Internacionais de Médio e Grande Porte.

## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



### A INICIAL

A Inicial Treinamentos em IFRS (**INICIAL**), teve início em 2002, como BIC – Business Intelligence Consulting, objetivando apoiar as empresas no aprimoramento em seus processos tecnológicos e principalmente dos processos organizacionais pertinentes ao fluxo de informações financeiras, contábeis e de impostos. Em 2008, observando a dificuldade das empresas relacionados ao entendimento e adaptação dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estrategicamente, passou a atuar exclusivamente como consultora na adoção inicial das normas internacionais IFRS no Brasil.

Em 2011, lançamos o portal IFRSNews.com.br, um portal informativo que dissemina gratuitamente informações sobre os aspectos IFRS no âmbito nacional e internacional. A **INICIAL** desenvolve treinamentos em IFRS para todos os portes de empresas, contendo uma diagramação e didática diferenciadas e extremamente prática, mostrando demonstrações financeiras reais, publicadas e auditadas, garantindo assim maior credibilidade, entendimento e percepção dos nossos clientes da aplicabilidade relacionada aos inúmeros conceitos requeridos pelos pronunciamentos contábeis e / ou das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

83

## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



### A INICIAL

Em 2012, a **INICIAL** percebendo a dificuldade no entendimento de certos conceitos, os quais necessitam de técnicas financeiras para sua aplicabilidade, como por exemplo: os testes de “recuperabilidade”, ajuste ao valor presente, entre outros, criou o primeiro curso no Brasil de Finanças Aplicada aos Aspectos em IFRS.

Atualmente o nosso Curso de Extensão em IFRS 40 horas (Full e PME), em sua décima quinta edição, vem transmitindo aos profissionais envolvidos nos processos de elaboração das demonstrações financeiras / contábeis o conhecimento necessário para o desenvolvimento profissional, mediante exposição clara dos conceitos e como abordado anteriormente de modo claro, prático e esclarecedor.

No segundo semestre de 2013 a Inicial foi homologada pelo Conselho Federal de Contabilidade como entidade capacitadora do Programa de Educação Continuada (PEC). Hoje possuímos inúmeros treinamentos pontuados pelo CFC - PEC

Em Janeiro de 2014 a **INICIAL** lança juntamente com o portal IFRSNews, a IFRSNEWS TV um canal de informações online em IFRS, onde os interessados podem assistir palestras gratuitas ou adquirir vários treinamentos em IFRS, este é mais um diferencial do nosso trabalho educacional em IFRS.

84

IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



MP 627

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2014**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 627, de 2013)*

Em Fortaleza / CE

DIA

**15/04/2014**

Das 9:00 às 18:00 hs

R\$ 200,00  
Já desconto aos  
contabilistas do  
CRC CE



85

IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



**kuanto**  
auditoria • consultoria • contabilidade

**ATUALIZAÇÃO EM IFRS 40 HORAS - FULL E PME**

MOSSORÓ/ RN

Datas: 05 a 09 de Maio de 2014

Horário: 13h às 17h e 18h às 22h

R\$ 810,00  
Já desconto aos  
contabilistas do  
CRC CE



86

## IFRS para Entidades sem Finalidade de Lucros



R\$ 890,00  
Já desconto aos  
contabilistas do  
CRC CE

**dominus**  
Auditoria • Consultoria • Contabilidade

### Curso de Atualização em IFRS 40 horas FULL e PME

Datas: 15, 16, 17, 23 e 24 de Maio de 2014 - das 9h às 18h - Local - Sede Dominus

Aprenda as exigências relacionadas às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC),  
convergadas com os padrões internacionais (IFRS)



30 pontos para o programa de Educação Continuada

Fortaleza/CE



87